

AS FAMÍLIAS NOBRES AFRICANAS NO TRÁFICO (1500-1850): O MITO DA CAPTURA

Pedro Acosta-Leyva*

Resumo

O artigo proposto é uma revisão exploratória sobre o tema da captura de escravizados na África, sua dinâmica e especialmente seus agentes. O princípio básico é questionar os equívocos hermenêuticos sobre os principais sujeitos africanos e europeus que participaram ativamente na captura e tráfico interno na África.

Palavras-Chave: África. Captura. Tráfico.

Abstract

The paper constitutes a revision of the theme of slave captivity in Africa, its dynamics and its agents in particular. The main aim is to question hermeneutic misunderstandings of the main African and European subjects who took an active part in the slave trade within the African continent.

Key Words: Africa. Captivity. Slave trade.

Introdução

Por muito tempo no Brasil e América Latina, as vezes por motivos ideológicos, outras, por questões epistemológicas, se criaram mitos sobre a história africana que leva a equívocos e a interpretações romantizadas, sentimentais e a-históricas. Com a criação dos centros de pesquisas especializados nos estudos africanos e orientais no Brasil a partir de 1959, assim como a sanção da Lei. 10.639/2003 e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB — Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010) se tem avançado qualitativamente nos estudos africanos, tanto da história mais recuada como da realidade contemporânea.

Livros, revistas e diversos materiais impressos e digitais são reflexos do progresso dos estudos africanos nas instituições de ensino superior, centros de pesquisas, associações e de forma individual. Mesmo assim, se precisa dar passos mais firmes, melhor embasados em uma literatura atualizada e

* Professor de História da África, no Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde — Bahia. E-mail: leyva@unilab.edu.br.

realizar esforços científico-interpretativos que permitam a nítida leitura da realidade histórica africana.

Com o intuito de colaborar nesse sentido, o texto que nos propomos é uma revisão exploratória sobre o tema da captura na África de pessoas que foram exportadas na condição de escravizados para o mundo atlântico e também para os territórios árabes. Objetivo geral do artigo é contribuir para a superação de interpretações que se afastam das evidências históricas, especialmente no período que vai de 1500 até 1850. Meus objetivos específicos são três: apresentar um levantamento exploratório sobre o tema da captura em autores conhecidos como Ki-Zerbo, M'Bokolo, Lovejoy, Thornton, Fage e outros; dialogar minimamente com a idéia sustentada por alguns membros do movimento negro sobre o tema; e, identificar possibilidades de interpretações que superem as noções moralizantes do processo histórico da captura-tráfico.

Captura como exercício do poder real

Na Agontimé foi a segunda esposa do poderoso rei de Daomé, Agongló, cujo reinado foi entre 1789 e 1797. Dessa união, nasceu o príncipe Gezo de Daomé. Na-Tigué era uma linda princesa no palácio do rei Agongló que fora prometida em casamento a seu filho, o príncipe Gezo, que mais tarde, entre 1819 e 1858, seria o rei de Daomé.

O famoso Francisco Félix de Sousa, o Xaxá ou Chachá, nasceu em Salvador, na Bahia; se branco ou mestiço, ou se filho de índia com branco ninguém sabe, mas a historiografia o tem caracterizado como filho de uma escravizada africana e um traficante português. Para não estender o questionamento sobre a cor ou a origem étnica do

Chachá, podemos deixar esse aspecto com a tradição daomeina. Registra Alberto da Costa e Silva, baseado na tradição daomeina, que tem passado oralmente de geração em geração, que, pelo Chachá ter desrespeitado a Adandozan, rei de Daomé, este deu a ordem a seus súditos para mergulhar o Chachá várias vezes num “tonel de índigo” para que sua pele branca se tornasse negra (COSTA E SILVA, 2004, p.82). O mesmo evento, quase poeticamente, Ki-Zerbo (Vol. I, p.288) o relata da seguinte maneira: “Foi [o Chachá] preso por este rei, metido no calabouço e atirado para uma cuva de índigo, onde sofreu durante meio dia, sem dúvida para ficar com um pouco mais da cor local”.

Como ninguém pode afirmar se o Chachá era “mulatos”, branco ou mestiço é mais produtivo deixar sua cor para outro diálogo. Talvez para um inglês o Chachá fosse negro e para um português ou para um brasileiro, fosse o Chachá branco. Para os africanos e para a comunidade que se identifica como os seus descendentes o Chachá era branco. Além da cor, o que aparece com alguma certeza nas fontes é que o Chachá visita a Doemé por volta de 1792 como pequeno traficante. Pelas boas condições de negócios que a família real oferecia aos traficantes de escravos, Francisco Félix de Souza fixa residência em Daomé, provavelmente próximo à data 1800 (COSTA E SILVA, 2004).

A análise histórica da Na Agontimé e da Na-Tigué em terras africanas, isto é, em Daomé, atual Benim, necessariamente, leva o pesquisador a se revelar um africanista ou africanólogo, porque se trata de uma história africana, no continente africano. Se assim for, os africanistas ou africanólogos devem romper “o mito da captura”. Em todos os eventos, sejam do movimento negro ou acadêmico, é comum a repetição do mito que os europeus “capturaram africanos nas tribos”

(ultimamente fala-se “e nos reinos mais fracos”) e os transportaram para América.

Pela história da Na Agontimé e da Na-Tigué descobrimos que os responsáveis pela captura dos africanos, que seriam escravizados, são exatamente as famílias reais, que possuíam o poder para comandar as guerras e o direito de cobrar imposto por cada produto destinado ao comércio no território dominado por eles. As famílias reais eram as supremas representantes do poder instituído, as figuras centrais dos estados na África. Neste caso, Ki-Zerbo (v. I, p. 281) classifica Daomé de “potência firmada no comércio negreiro” (MUDIMBE, 2013, p. 26).

Na região que hoje faz parte de Benim, segundo Lovejoy (2002, p. 101), entre 1691-1695, o tráfico chegou a uma média anual de 9.940; e, entre 1696-1700, alcançou um crescimento anual assombroso: de 13.500 para um computo geral do século XVII, de 249.900 escravizados exportados para América. Os que capturaram esse quarto de milhão, que Lovejoy analisa, foram os soldados de Daomé, chefiados pela família real. Isso está confirmado pela historiografia que estuda as transformações sociais e econômicas do território em questão (LOVEJOY, 2002; M'BOKOLO, THORNTON, 2004; MEILLASSOUX, 1995)¹.

A captura por parte das instituições africanas se constitui como realidade inconteste desde os primórdios da chegada dos europeus. Um exemplo neste sentido pode ser enxergado na incursão do rio Geba. Segundo Cammilleri (2010), quando os portugueses chegaram ao que seria hoje Guiné-Bissau pensavam do mesmo modo que “os pesquisadores” que repetem “o mito da cap-

tura”, mas a resposta dos africanos aponta para algo diferente dessa perspectiva. Por volta de 1446, Nuno Tristão entrou no Rio Geba com um pequeno grupo de 22 soldados-marinheiros com o objetivo de capturar escravos. Nuno Tristão e seus soldados foram recebidos a flechas envenenadas e somente saíram com vida dois para contar a história. M'Bokolo (2012, Tomo I, p. 251) difere do número de soldados-marinheiros aumentado para “27 membros da expedição, apenas sobreviveram 7”. Se foram dois ou sete que saíram com vida, o que importa é que o grupo de Nuno Tristão não conseguiu avançar para o interior do território porque existia uma população organizada. A mesma história é analisada e esteticamente narrada por Alberto da Costa Silva (p.152-154), na *A manilha e o libambo*, concluindo que a captura pelos esforços violentos dos europeus não deu os resultados esperados. O comum era a captura e a venda de escravizados por parte dos representantes dos estados africanos. A mesma argumentação é mantida por J. D. Fage(2010, p. 246).

A extensão do poderio português para o interior nem era necessária nem verdadeiramente aconselhável, pois os Portugueses estavam a ocupar posições na periferia de um sistema comercial muito avançado no qual os mercadores do interior procuravam já os Estados costeiros para trocas comerciais [...] os africanos podiam recusar aos europeus o acesso à água ou às provisões, ou ainda boicotar um forte se assim o desejassem. Logo em 1576, o rei de Gã deve ter decidido que as desvantagens em ter uns súbditos tão poderosos no seu território ultrapassavam os lucros comerciais. O forte português de Acra foi destruído, e no meio século seguinte houve um intercâmbio comercial restrito entre os Gás e os europeus.

Os europeus, segundo a análise histórica de Fage, não tinham as competências milita-

¹ Para um debate sistemático das transformações sociais na África vinculadas ao tráfico conferir a interpretação de Basil Davidson, John D. Fage, Walter Rodney, Joseph C. Miller (MANNING, 2015, online).

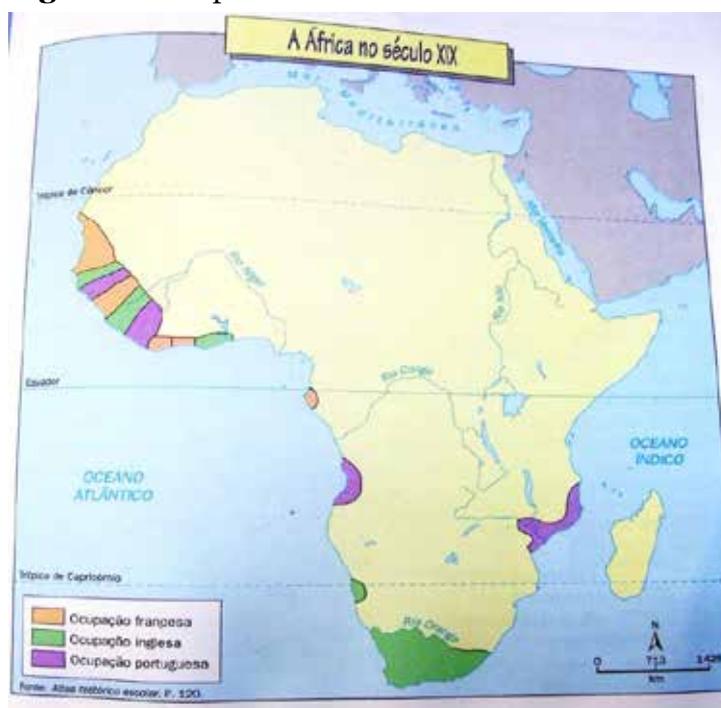
res para entrar no interior da África e dispor a sua vontade dos recursos. Os Estados africanos controlavam o comércio e as atividades militares de seus territórios. O reino de Gã era uns dos Estados africanos que não se interessou pelas relações comerciais com os europeus e destruiu o forte de Acra. Assim como o reino de Gã se negou a comercializar com os europeus, também o reino de Benim (não confundir com o atual Benim que era Daomé) fechou o tráfico com os portugueses e somente vendia escravos do sexo feminino. “Durante quase dois séculos o Benim isolou-se quase sempre dos contactos com a Europa: o comércio europeu foi algo que preferiu dispensar” (FAGE, 2010, p. 248). Isto é desde aproximadamente 1530 até final do século XVII (COSTA E SILVA, 2011, p. 316).

M’Bokolo (versão brasileira, vol. I, p. 270) aceita esse fato ao dizer que “a captura que fora a primeira e, durante muito tempo, a maneira principal de se abastecer em escravos africanos, cedeu progressivamente lugar a um comércio regular”. Ki-Zerbo (v. I, p. 281) repetindo as asseverações do Capitão

John Hall, em 1775, escreveu que “bastava ver a chegada de um barco negreiro na costa de Calabar para isso provocar a partida das pequenas embarcações[africanas] para o interior, para a caça ao homem”.

Em toda África as guerras de capturas de escravos estavam nas mãos das elites africanas. M’Bokolo (2010, Tomo I, p. 250, 253) diz que “uma parte das atividades iniciais dos Portugueses consistia em praticar o tráfico por conta dos africanos. Os navegadores estrangeiros tinham como efeito interesse em comprar escravos numa região da África para vender numa outra”. Em uma data difícil de precisar, “entre 1445 e 1448, o Infante D. Henrique deu ordem aos portugueses de renunciar à captura de escravos e à guerra com os africanos e procurar estabelecer com eles relações comerciais duradouras”. Isso poder ser facilmente identificado inclusive até pela configuração geopolítica que o mapa nos oferece. Segundo o mapa da Figura 1 observa-se que os europeus haviam se estabelecido até o século XIX somente nas costas, à vera mar.

Figura 1 — Mapa da África



Fonte: Atlas escolar, p. 120.

O mapa mostra que o domínio da África estava sob o poder dos próprios africanos até a segunda metade do século XIX. Observa-se que a maior influência e penetração do Continente tinha sido efetuada pelos portugueses. Mesmo assim, o avanço dos portugueses deve ser melhor explicado ou adequadamente compreendido. Falando deste particular, Valentin Alexandre (2008, p. 12) nos informa que “com a perda do Brasil, o Império português fica reduzido a alguns pequenos territórios dispersos pelo mundo, com ligações muito tênues à metrópole”. Alexandre continua sua explicação dizendo que ademais das ilhas e arquipélagos aqui e ali,

as possessões no Continente africano, estão limitadas a postos e enclaves no litoral, salvo uma linha de penetração a norte do Quanza, de Luanda a Malange, e uma outra, na Costa Oriental, de Quelimane a Tete, ao longo do rio Zambeze.

Antes de se pensar nos casos específicos de Angola e Moçambique, mas especialmente as guerras de capturas de Paulo Dias de Novais² em Angola, que são exemplos típicos “lembrados” para justificar “o mito da captura”, observemos a afirmação de Alberto da Costa Silva (2011, p. 416) “antes dos primeiros combates entre Paulo Dias de Novais e a gente da terra[atual Angola], o tráfico realizava-se como em outras partes da Costa da África: os reis ou os nobres forneciam os cativos aos navios portugueses”. E ainda devemos analisar que, “as guerras de

Angola não existiram sem a maciça participação dos africanos, que atuaram como soldados, carregadores, guias na densa mata...” (FONSECA, 2010, p. 392). As palavras de Alberto da Costa e Silva (2015, Online, p. 1) vem a corroborar tal posição.

Na realidade, a África só abria para o exterior um pouco da casca. Assim fora desde sempre. O estrangeiro se parava no *Sudd*, ao sul da Núbia, em Ualata, Gana, Gaô, Tombuctu e outros caravançerais do Sael, em Quiloa, Mombaça, Angoche, Zanzibar e iguais feitorias do Índico e, desde a abertura do Atlântico, nos entrepostos e fortins de Bissau, El Mina, Ajudá, Luanda, Benguela e tantos mais. Até meados do século XIX, o europeu só avançava alguns passos para fora de seus muros e paliçadas em algumas poucas áreas e, na maior parte dos casos, com o consentimento e o apoio dos africanos, ou sob sua vigilância.

A maioria dos pesquisadores brasileiros, cujas bibliografias de base se expandem para as fontes primárias dos tratados/alianças entre Portugal e os sobados em Angola, confirma que somente a participação ativa e dinâmica dos poderes instituídos pelos próprios nobres africanos ofereceram as condições e a colaboração necessária para a captura e o tráfico de escravizados (CAVALHO, 2013). Palavra quase idêntica utiliza John Thornton (2004, p. 174), quando resume que “os soldados portugueses [em Angola] só venciam as campanhas apoiados pelos africanos e eram regularmente massacrados quando tentavam fazê-las sozinhos”. Ingerentemente pensam os historiadores de mentalidades colonizadas, que os africanos eram seres passivos no decorrer do processo da chegada dos europeus ao Continente africano e pelo contrário, “alguns grupos de organização políticas africanas desempenharam papel fundamental nas relações entre o litoral e o interior” (SERRANO, 2008, p. 83).

² A perspectiva deste texto não impede observar que Paulo Dias de Novais era um homem violento, ladrão e inumano, como registra Alberto da Costa e Silva (2011, p. 410): “Paulo Dias de Novais [...] mandava decapitar os chefes negros que capturava ou que se rendiam. E queimar vivas dentro de suas casas famílias inteiras. Por onde passava, levava tudo — milhetes, sorgo, mel, sal e gado miúdo — reduzia a cinzas as aldeias e os sobreviventes, à escravidão”.

Num texto que Lovejoy (2002, p. 128-129) sistematizou as informações do processo de captura na região típica do “mito da captura”, aparece a questão: de onde provêm os escravos do Centro-Ocidental (Congo e Angola)? Ele responde dizendo que os capturados se originavam (1) da guerra civil do Reino do Congo; (2) das expedições portuguesas; e, (3) da “ascensão dos grupos de guerra de imbangalas”. Explica Lovejoy que a falta de um governo central no Congo criou as condições para que diferentes grupos de “nobres do Congo, chefes imbangalas, comandantes portugueses ou novos príncipes guerreiros” se dedicassem a pilhagem das riquezas, especialmente, a captura de seres humanos. Outros exemplos nesse sentido, para os quais não cabem dúvidas, são os Estados de Caçanje (Kassanje) e Matamba, especializados em guerra de captura de escravos e tráfico para o litoral.

A historiadora Selma Pantoja (2011, p. 33, 39), ao analisar o comércio externo no império Lunda, conclui que “o novo Estado era de caráter militar, sua atividade era de ataque aos seus vizinhos com o objetivo de capturá-los”; e continua sua explicação acrescentando que “os fornecedores de escravos em direção ao litoral luandense eram os pequenos Estados de Matamba, Holo, Mbondo, Kassanje e povos Imbangala [...] que] serviam como tampão [...] entre os lunda e os portugueses”. Ki-Zervo (1972, v. I, p. 423) completa a informação sobre a especialização na captura e no tráfico do império Lunda apontando para a capacidade comercial, que dominava as duas rotas, a do Atlântico e a do Índico. Ele afirma: “Lunda recebia assim mercadorias portuguesas dos dois oceanos e em troca expedia escravos”. E, para não deixar dúvida da estratégia e do poder de decisão do rei africano na época, Ki-Zervo acresce um parágrafo mais expli-

cando que os portugueses enviaram uma delegação para o interior tentando criar um base de comércio, “o rei, porém, esquivou-se a esta oferta, dizendo que podia muito bem abastecer-se nos árabes da costa [do Índico]”. Situação semelhante era praxe em outra parte da costa Oriental, do Índico, “entre 1784 e 1895, os maiores fornecedores de escravos aos súbditos portugueses da Ilha de Moçambique seriam os chefes Makua do Uticulo, de Cambira e de Matibane” (SERRA, v. I, 2000, p. 81).

Entre captura, movimento negro brasileiro e tráfico africano

Uma escória, por vezes mestiçada, de intermediários, de intérpretes, de feiticeiros, de intervenientes de toda a espécie se refastelava naquela chavascal em que a cupidez e a manha disputavam o terreno à devassidão e à crueldade. Estes ladrões, *brancos e pretos*, entendiam-se de resto muito bem” (KI-ZERBO, I, p. 271 — grifos meus).

A atitude do movimento negro brasileiro de responsabilizar somente os europeus pela captura e tráfico é inteiramente compreensível porque eles são a continuidade, de certa forma, da tradição dos abolicionistas. As campanhas abolicionistas atacaram exclusivamente a parte responsável pelo tráfico nas águas do Atlântico que eram, em tese, os europeus e os brasileiros³. Neste ponto eles

3 Quando falamos dos traficantes brasileiros, pensamos nos cariocas, baianos e pernambucanos tal como se verifica pelos números das viagens. “Das 7.174 viagens com destino Bahia entre os séculos XVI e XIX, 4.148 tiveram como origem essa mesma região, ou seja, 57,8%, enquanto que apenas 127 viagens tiveram origem em Portugal, o equivalente a 1,8%. Já no período do século XIX, das 3.284 viagens com destino Bahia, 1.248 se originaram nessa mesma capitania (38%) enquanto que apenas 52 se originaram em Portugal (1,6%) [...] se na Bahia 38% do tráfi-

têm razão: os europeus e brasileiros são os responsáveis pela viagem no Oceano Atlântico. De passagem, sem intenção de ir muito longe, parece importante levantar alguns questionamentos sobre os traficantes africanos e afro-brasileiros. Aqui estamos fazendo referência não aos antigos traficantes diulas, fulas, mandingas e outros grupos de mercadores tradicionais do tráfico interno na África, mas a indivíduos de um grupo relacionado com o tráfico atlântico e que alguns foram escravizados na América.

Para início, depois da publicação do livro *Francisco Félix de Souza: mercador de escravos* de Alberto da Costa e Silva já não existe a possibilidade de repetir que o Chachá era negro. Para os que continuam dizendo que era mestiço, devem-se fazer as perguntas: mestiço para quem? Para os ingleses? Porque para os africanos e para os descendentes do Chachá, que moram atualmente em Benin, se tratava de um branco até de olhos azuis.

Em segundo lugar, percebemos rapidamente que esses famosos traficantes negros ou africanos, se nos apoiamos na pesquisa de Luis Nicolau Parés, eram membros das famílias reais. Luis Nicolau Parés fez uma genealogia de um deles que o integram a casa real, portanto, são um braço a mais dos habituais “capturadores”, porém numa posição de tráfico atlântico.

Em terceiro lugar, os ditos traficantes

co local era comandado pelos baianos no século XIX, em Pernambuco 85,8% do tráfico local era comandado por pessoas que ali residiam e apenas 4% por residentes em Portugal” (Débora de Souza Leão Albuquerque e Flávio Rabelo Versiani² José Raimundo Oliveira Vergolino. Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX. Em: <http://linkpe.com.br/enpecon/artigos/Financiamento%20e%20Organiza%20E7%20E30%20do%20Tr%20E1fico%20de%20Escravos%20para%20Pernambuco%20no%20S%20E9culo%20XIX.pdf>. Acesso 01 de abril 2015).

negros ou africanos (isto é uma intuição apresentada neste texto e depreendida a partir do trabalho de Luis Nicolau Parés) só aparecem bem no fim do século XVIII e especialmente nos anos posteriores ao empenho dos ingleses para interromper o tráfico. Podemos deduzir que os grandes traficantes brancos, com medo de serem aprisionados pela força naval inglesa, enviaram em seu lugar representantes negros de confiança, às vezes escravizados, outras libertos. Lembremos que o tráfico atlântico transferiu para o Brasil 4.864.374, entre 1560-1856, e destes 42% (2.054.725) foram no século XIX, isto é entre 1801-1850. Talvez no futuro sejam classificados como *escravos a ganho no tráfico*. Sabe-se que em 1839 no bergantim *Flor de Luanda* foram embarcados como marinheiros dois escravizados; e, em 1840 sete escravizados foram embarcados no brigue *Ulisses* na situação de marinheiros (REIS et al, 2010, p. 140). Era um costume generalizado que os escravizados trabalhassem como marinheiros ‘a ganho’ e em todo tipo de atividades. Pela história dos “conquistadores negros” analisada no livro “*Os sete mitos da conquista espanhola*” se conhece que era uma prática desde o século XV e XVI enviar os escravizados representando os senhores, sobretudo, em atividades de maior perigo. Lembremos “os voluntários da pátria na guerra do Paraguai”, que são uma evidencia enfática que quando os senhores brancos tinham medo de morrer, enviavam em seu lugar os escravizados.

Em quarto lugar, seguindo o livro *O alufá Rufino* de João José Reis et al (2010, p. 137) alguns dos africanos que participam no negócio do tráfico eram meros trabalhadores assalariados como em certa medida foram os “libertos o cozinheiro Rufino José Maria e o grumete Duarte Martins da Costa, ambos registrados como de nação mina” num

navio (barca) traficante chamado *Ermelinda*. Alguns, como também sugere a vida de Rufino, podem ter sido africanos perseguidos e deportados pelas autoridades brasileiras, para os quais a única opção viável de sobrevivência foi ser cozinheiro num navio negreiro (REIS et al., p. 108).

Dos 17% dos africanos ditos traficantes entre 1780 e 1863 provavelmente a maioria eram “traficante ao estilo Rufino”. A minha suspeita é que traficantes africanos podem ser divididos em: 1) os rufinos, libertos sem opção num mundo escravista e transformados em assalariados nos navios negreiros; 2) os escravos a ganho, que eram escravizados colocados como marinheiros; 3) libertos que representavam os traficantes brancos com medo dos ingleses (conferir como os traficantes negros/africanos João de Oliveira e João Manoel Antonio Gomes, cujas trajetórias foram analisadas na dissertação de Angela Fileno da Silva (2010, p. 57-60); e, 4) os africanos que pertenciam as famílias nobres (incluindo a família do Chachá como o ex-escravo baiano José Francisco dos Santos), especialmente na região do golfo de Benim.

Em quinto lugar, os que se ocupam das pesquisas de cartas escritas por libertos que tinham relação com a “volta à África” e com o tráfico devem de analisar as cartas e os discursos não somente dos que se “integraram ao negócio do tráfico”, mas também enxergar que a maioria dos que “voltaram” possuíam uma plena consciência antitráfico e anti-escravista. Para estudar casos particulares, como é moda desde o “*O queijo e os vermes*”, seria útil ponderar a história do bispo africano anglicano Samuel Crowther (Abekota e o problema da guerra com Daomé) e a carta escrita pelo liberto Joaquim Nicolau de Brito, em 4 de agosto de 1851, em Rio de Janeiro. Nessa carta o liberto elenca como motivos para “voltar para África”,

no caso para Cabinda, o combate ao tráfico e a luta contra a escravidão (LIMA, 2011, p. 284). Também comparar que, se é verdade que alguns africanos ou afro-brasileiros entraram no tráfico, do mesmo modo, é verdade que a maioria dos que voltaram para África “entraram num processo de integração socioeconômica e política, a par de manifestarem uma grande originalidade cultural” (KI-ZERBO, I, p. 287).

Voltando para a relação entre movimento negro brasileiro e a questão do tráfico, podemos intuir que a tradição abolicionista, da qual o movimento negro faz parte, sabia que interrompendo a *demand*a as consequências seriam que a *oferta* se curvaria sobre si mesma e, portanto, morreria “o infame negócio”. Essa lógica de que fechando a demanda de escravos na América a oferta não teria condições de subsistir é aceita mesmo relutando por Thornton. Ele afirma categoricamente que “a crescente demanda (e o aumento subsequente de preços) possa ter persuadido os africanos a participar com seus escravos”. Portanto, se o preço pago pelos portugueses e a demanda de escravizados na América se extinguíam, então o tráfico interno sofreria a consequência imediata de estagnação da mercadoria humana (THORNTON, 2004, p. 175). Interromper o fluxo legal de escravizados para América teve forte impacto no desmantelamento da escravidão no Brasil e em Cuba; mas a intervenção inglesa não determinou o fim do tráfico rapidamente. Mesmo depois de o tráfico se converter em negócio ilícito, ainda durou um longo período, e nesse tempo contínuo funcionando graças à participação ativa dos agentes africanos, como confirma a análise de Zonta (2012, p. 317):

Para o funcionamento do tráfico clandestino de escravos era fundamental o contato com as redes ao longo da costa. No norte, as co-

munidades islâmicas desempenharam esse papel, enquanto que, mais ao sul, as famílias afro-portuguesas, geralmente detentoras dos prazos.

Fechando o parêntese sobre tráfico, traficantes negros ou africanos e movimento negro, e ao mesmo tempo chamando atenção para a estatística, observemos a seguinte análise. Ki-Zerbo, tomando como fontes W.E.B. Dubois, La Rocière, Frossart e até o Papa Leão XIII calculou que próximo de 50 ou 60 milhões de africanos foram vítimas do tráfico (KI-ZERBO, v.I, p. 278-279). Desses 50 chegaram a América 11, 5 milhões, e para não ser classificado de exagero, podemos dizer que 3 milhões morreram na travessia atlântica. Segundo M'Bokolo (versão brasileira, v. I, p. 295) “a mortalidade manteve-se elevada durante o século XVIII: os portugueses da alta Guiné calculavam em cerca de 22% a taxa de perda entre a compra na África e a chegada ao Brasil”; mas, pela pesquisa de Miller, 10% dos escravizados na pior época do tráfico morreram na travessia. Depois as técnicas e os cuidados se aprimoraram e essa taxa de morte atlântica se reduziu. Então, se na travessia morreram 3 milhões e chegaram 11, 5 milhões ($3+11,5=14,5$), onde estão ou onde morreram os outros 35,5 milhões ($50-14,5=35,5$)? Mesmo fazendo o cálculo com os 22% de M'Bokolo ainda existem cerca de 20 milhões sem explicação. A resposta é lógica, mas óbvia. A lógica nos leva a pensar (e está confirmado pela pesquisa) que os 35,5 milhões ou 20 milhões, que faltam podem ser distribuídos em dois grupos, os que foram traficados para o mundo árabe e os que morreram sob duas circunstâncias: no tráfico interno do sertão aos portos atlânticos e nas guerras entre os reinos africanos pela sede de controle das famílias reais (como a de *Na-Tigué e Na Agontimé* em Daomé) e o objetivo de obter lucros e

fortalecer a centralização das estruturas do Estado.

Aceitando as palavras do maior historiador africano, Ki-Zerbo, deve-se concordar que “o tráfico de escravos provocou, portanto, um traumatismo moral e ideológico em numerosos africanos [...] os próprios reis apenas vêem os seus súditos como uma mercadoria..” (KI-ZERBO-I, p. 282). Ele continua a explicação sobre a imoralidade dos reis e conta que na Costa de Ouro, portanto parte do que hoje é Ghana, houve reis que se especializaram em colocar suas mulheres para seduzir os jovens. Depois de os jovens caírem na malha da sedução da esposa do rei eram denunciados pelo crime de adultério, presos e encaminhados para o tráfico. A mesma situação “moral” se repetia em Moçambique, onde por séculos a punição por feitiçaria era um controlador social moderador, com o tráfico em escala superlativa, para o Atlântico (cristão) e para Indico (muçulmano), a feitiçaria se transformou numa fonte de escravos não depreciável. Pelo relato de 1857, redigido pelo ex-governador de Sofala e Tete, Antônio Cândido Pedrosa, sabe-se que uma *quarta parte do tráfico* em Moçambique corresponde à punição por feitiçaria. “Esse caráter punitivo na venda de escravos revela a importância que tiveram os dirigentes tradicionais na sobrevivência do tráfico de escravos e a deturpação que esse comércio fez das práticas culturais no continente” (ZONTA, 2012, p. 318).

Esses casos apresentados permitem pensar que, se do movimento negro brasileiro se aceita a ênfase da culpabilização dos europeus por motivo ideológico, em parte justificado, o mesmo não se aceita dos pesquisadores que repetem um mito que encobre uma parte importante da História do Continente africano. Mesmo o movimento negro brasileiro, em especial pelo contato

com integrantes do MNU, pode se perceber que eles tem uma firme consciência que as vítimas foram os negros escravizados, e até fazem distinção em casos extremos entre “nós negros” e “eles afro-descendentes” para evidenciar sua pertença não somente a uma essência africana (que não existe!), mas há um grupo que sofreu, e ainda sofre, as condições de classe e cor. Ninguém sofre no Brasil por ser afrodescendente, porque no Brasil a discriminação e o racismo não são determinados pela origem; o que importa no Brasil é o racismo pela cor e os rasgos “da aparência”, pele, cabelos “marca” (NOGUEIRA, 1985).

Até faz pouco tempo os pesquisadores, africanistas ou africanólogos, se ocupavam de explicar o processo do tráfico no interior da África tomando como agentes os lançados, tangomaos (Rios de Guiné), pombeiros (Angola) e todos outros termos que às vezes eram puros sinônimos, como assinala Serrano (2008, p. 84), tais como “feirantes, funantes, aviados, ambaquistas, quimberos, agregados, calçados”. Essa postura também pode ser compreendida como eurocêntrica porque desta forma tiram o protagonismo dos agentes africanos para mostrar a passividade, a inferioridade; e, por outro lado, para erguer as habilidades, a coragem e iniciativas dos europeus.

Constata-se que os que pesquisam lançados, tangomaos e pombeiros enfatizam que eram uns europeus aventureiros, destemidos e dispostos a se aculturarem e até mesmo se misturarem biologicamente com as populações africanas. Esquecem que, se em um primeiro momento estes personagens eram europeus, como explica Alberto da Costa e Silva (2010), pouco tempo depois já eram mestiços e negros, que constantemente burlavam a ordem ditada pela Coroa portuguesa.

Um exemplo são os filhos das mulheres dos “prazos”, no Zambeze, em Moçambique e o próprio Francisco Félix de Souza cujas relações com *Na-Tigué e Na Agontimé* são uma amostra do que acontecia em diversos lugares da África. Cabe explicar que os lançados, tangomas e pombeiros eram intermediários, traficantes, mas não capturadores de escravos em grande escala. O caso de Moçambique, “no que se refere aos próprios prazeiros, a legislação, elaborada ao longo dos três séculos de sua existência, queria que eles fossem brancos. Ora foi realmente o contrário o que acabou por se verificar” (M’BOKOLO, versão brasileira, v. I, p. 503).

Para ilustrar a mestiçagem na Zambézia, onde os prazeiros moravam, é preciso observar que a maioria dos casamentos dos portugueses acontecia com mulheres negras ou ditas “mulatas”. Na ordem do quadro apresentado por M’Bokolo (p. 504) português e mulata (13 casamentos); português e indiana (5 casamentos); português e chinesa (1 casamento); indiano e mulata (6 casamentos). Fage (2010, p. 319) o diz nitidamente: “inicialmente estes *pombeiros*, como eram designados, eram europeus, mas passado pouco tempo eram mestiços ou mesmo escravos africanos”. Em outras palavras os prazeiros, pombeiros e as outras categorias na segunda geração eram majoritariamente negros ou ditos mulatos.

Captura como parte do processo histórico da centralização

Em resumo, os africanos, especialmente a elite africana, participaram no processo histórico de captura e exportação de seres humanos para América e o mundo árabe. Eles eram agentes ativos nas guerras de capturas, as quais Thornton (2004, p. 166) defendeu

que também deviam ser entendidas como guerras políticas de expansão. Essas guerras são parte do processo político que os pequenos, médios e grandes (impérios) Estados africanos utilizaram como elemento basilar no fortalecimento da centralização do Estado. De acordo com Serrano (2008, p. 84):

As populações africanas, principalmente, por meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos com relação a esse comércio; pelo contrário, eram indivíduos que procuravam no comércio estabelecido com os europeus, bens de prestígio legitimadores ou armas necessárias ao confronto com outros grupos.

Parece-nos, a partir da leitura de Serrano, Thornton e outros autores, que a participação da captura por parte dos exércitos, comandados pelos reis, sobas, mansa, imperadores e a elite, tem um caráter moral como qualquer outra ação humana em qualquer época e sob qualquer circunstância; mas, muito mais que moral ou “degradação moral”, como apontou para um caso específico KI-Zerbo (v. I, p. 282)⁴, trata-se de processos social, político e econômico de expansão das formações centralizadas que independe se é na África ou em outro lugar do mundo. Não é um juízo de valor sobre os africanos, porque a mesma situação pode ser observada, segundo Eric Willians, na Inglaterra quando enviava os ditos *servants*, que eram na prática escravos brancos, por um período de sete anos, para as plantações do Caribe. Gerhard Seibert (2002, p. 35) também

4 Além de Ki-Zerbo muitos autores também falam da questão moral dos príncipes africanos no tráfico. “Cada uma dessas súbitas expansões do tráfico negreiro causava — refletia — mudanças no método e na *moralidade* da captura de escravos. Guerras, processos judiciais e rapto eram os principais métodos da obtenção de escravos. A guerra predominava na maior parte da África Ocidental, o rapto na Baía de Biafra e os processos judiciais na África Central” (MANNING, 2015, p. 17, online).

comprovou a presença de escravos brancos e de crianças judias nas pequenas ilhas de São Tomé e Príncipe. O processo de guerra de captura-escravidão é uma constatação da história política da centralização e seus efeitos decorrentes das guerras de expansão política. Nem Basil Davidson (1969, p. 100), que a crítica euro-norte-americana o tem classificado de ideologizante, se escapa na verificação que “o comércio marítimo de escravos trouxe o seu poderoso estímulo e surgiram no delta do Níger algumas pequenas monarquias e republicas”.

Lovejoy (2002, p. 64) diz isso enfaticamente ao escrever que “os escravos tendiam a ser um subproduto das atividades militares politicamente motivadas. A exportação pode muito bem ter dado um incentivo para escravização, mas os problemas políticos localizados eram provavelmente mais importantes”. Tanto é assim, continua explicando Lovejoy, que em um reino jalojo, em 1455, no que hoje é Senegal, um rei atacou populações vizinhas e seu próprio povo, não por ambição do lucro do comércio de seres humanos ou por imoralidade, mas pelo controle político contra possíveis revoltas que colocariam seu poder centralizado em xeque. Estou de total acordo com Lovejoy, mas não dissocio o fator econômico do fator político, porque como pode ser comprovado no Asante, segundo Akyeampong (2006, p. 44), a introdução de cativos para os trabalhos de mineração provocaram, pela necessidade da organização do trabalho e as trocas comerciais, “a elaboração do Reino”. No capítulo dois do livro *Como Europa Subdesenvolvido a África*, de Walter Rodney, afirma-se exatamente esta idéia. Rodney (1975) sob uma influência marxista entende que a participação das poderosas linhagens no tráfico está relacionada ao processo de diferencia-

ção social e aos antagonismos decorrentes das formações sociais centralizadas. A derrocada do sistema de linhagem, que dividia o trabalho no bojo da família extensa por faixa etária e por sexo, deu lugar a uma nova ordem. Na Europa o Comunalismo transformou-se em escravatura e esta em servidão feudal. Assim como na Europa, as sociedades africanas sofreram processos complexos, mas que não resultaram exatamente nas mesmas formas de trabalho que na Europa.

Rodney (1975, p. 57) entende que “Marx reconheceu que os estágios do desenvolvimento asiático produziram formas sociais que não podiam ser facilmente enquadradas pelos moldes europeus”. Portanto, trata-se de formas sociais em decomposição tanto na Europa como na Ásia que evoluíram com estruturas autônomas. Processos históricos semelhantes aos da Ásia podem ser verificados na África. Europa fez uma transição do comunalismo baseado na família extensa para o escravismo; já nas sociedades africanas esse processo se mostrou muito tênue. Havia escravos na África, mas não havia escravismo. A presença de escravo na África não constituiu a base da economia.

Meillassoux (1995) ao analisar o pensamento de Marx e Engels sobre o problema da escravidão, afirma que esta é um aspecto importante do processo de desenvolvimento da sociedade. Na África, assim como na Europa, a escravidão e, conseqüentemente, o tráfico são uma parte fundamental da dissolução da ordem gentílica e o aparecimento de uma divisão social mais profunda. Nas sociedades tradicionais africanas a escravidão era de linhagem, doméstica, e na medida, que essas linhagem vão se ampliando com o número de dependentes, se introduz uma nova ordem. Conforme Ki-Zerbo (I, p. 265) revela, explicando a

origens e evolução do tráfico, asseverando que “a verdade é que nas regiões de África em que a evolução econômica estava avançada, como em torno dos centros urbanos de Jena e Tumbuctu, a escravatura tomara um caráter de acentuada exploração”. Para realidades novas se exigem da sociedade novas formas de organização e, por conseguinte de desapropriação do trabalho alheio. As guerras dos reinos africanos para captura de escravos cumprem, de certa forma, o mesmo papel que entre os francos e germanos, onde as famílias que conseguiram ter maior quantidade de escravos foram se distinguindo e formando uma nobreza que, posteriormente, seriam as famílias reais e, portanto, o núcleo forte da centralização da sociedade. Meillassoux (1995, p. 15-18) conclui dizendo que:

a história da escravidão na África se mostra indispensável para apreender a significação dos fatos que a acompanham: é a história que põe em evidencia a especificidade do modo de reprodução escravagista, dá um sentido à economia guerreira e o meio de interpretar certas formas de poder. Ela mostra que o fenômeno escravagista se inscreve em um complexo social e político de um alcance geográfico considerável.

Selma Pantoja (2011, p. 39) concorda que “originalmente [em sociedade baseada na linhagem], o recurso aos escravos e escravidão era um meio de excluir os elementos nocivos à comunidade, como uma maneira de reforçar a coesão social e assegurar a estabilidade da sociedade”. E em um segundo momento o tráfico (e a escravidão) transformou-se numa prática indispensável para a sobrevivência das sociedades envolvidas como modo de sustentação das diferenças sociais e econômicas no âmago dessas sociedades para a distinção social entre os indivíduos e fortalecimento do grupo que estava no comando.

Algumas palavras para considerar

No reino de Daomé onde nasceram a rainha Na Agontimé e a princesa Na-Tigué, como em toda e qualquer parte da África, a captura, tráfico e escravidão foram fenômenos de caráter social, cultural, econômico e militar. Trata-se de processos históricos que independem das implicações que hoje nós consideramos moral, ético ou desumano (lógico que o ser humano por também ser um ente moral, qualquer ação que ele desenvolva é moral).

Existiram guerras de capturas e escravidão entre os índios, na América; na Europa, na Ásia e também em África. Em América captura e escravidão estão presentes em todas as partes onde havia sociedades centralizadas; isto é onde apareceu a figura do Estado, ali havia escravizados. Na Europa, como explicou Meillassoux (1995) analisando Engels e Marx, as famílias proeminentes, que tinham acumulado maior riqueza a partir da escravidão, foram a semente da nobreza que instituíram o Estado.

África passa por processo semelhante independente da presença europeia ou árabe. A intervenção exógena no continente africano intensificou em termos de quantidade e tempo o processo social da centralização e o envolvimento na guerra de captura e na escravidão. As guerras de capturas, que eram uma prática endógena, contribuíam para fortalecer as forças produtivas internas e, especialmente, o prestígio e a competência militar das famílias proeminentes. Dizer que as guerras eram endógenas significa que África, independente das influências exógenas, tinha seu desenvolvimento social e histórico interno. Com a chegada dos árabes e dos europeus, o que era uma prática moderada se intensificou para cobrir as demandas habituais e para suprir o negócio externo.

Como apontado neste capítulo, os responsáveis pelas guerras de capturas eram as figuras que comandavam as sociedades africanas. Nem os europeus, nem os árabes tinham capacidades militares para intervir nas sociedades africanas ao seu bem prazer, porque os reinos tinham seus exércitos ou milícias organizadas o suficientemente fortes para repelir qualquer pretensão violenta dos estrangeiros, como foi ilustrado no rotundo revés sofrido pelos marinheiros-soldados de Nuno Tristão no rio Geba, atual Guiné-Bissau. É lógico que não eram todos os reinos africanos que participaram do processo do tráfico. Havia reinos especializados na captura, mas a maioria dos reinos, pelo contrário, eram vítimas de ataques. Os africanos que foram a grande massa de escravizados na América são uma prova inequívoca que nem todos os reinos eram envolvidos no tráfico e sim vítimas dos processos dos reinos cujas políticas de expansão se efetiva em guerra de razia.

Referências

- ABDELMADJID, Salim. Joseph Ki-Zerbo: o intelectual, a política e a África. *CODESRIA Boletim*, n 3 e 4, 2007, p. 26-39.
- ACOSTA-LEYVA, Pedro. *História de África para proletários: África/Atlântico*. Minas Gerais: Virtual Books, 2013.
- AFONSO, Maria M. *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Praia: Spleen. 2002
- AKYEAMPONG, Emmanuel Kwaku. *Themes in West Africa's History*. Accra/Ohio: Woeli Publishing Services/Ohio University Press, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O tratado dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentin. O império africano. Séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri, 2008. In: ALEXANDRE, Valentin. (Coord). *O império africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 11-28.

- BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História de África. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, n. 1 jun. 2008. Disponível em: www.academia.edu/8777411/eurocentrismo_historia_e_historia_da_Africa_Barbosa_Muryatan. Acesso em: 17 abr. 2015.
- BELTRÁN, Luís. *O africanismo brasileiro*. São Paulo: Centro de Estudos africanos, 1986.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- CARMO REIS, Luís Felipe Moreira Alves do. *Vições de império nas vésperas do “ultimato”*. Um estudo de caso sobre o Imperialismo português (1889). Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008.
- CASTRO HENRIQUES, Isabel. *A herança africana em Portugal*. Lisboa: CTT, 2007.
- CASTRO, Therezinha. *África: geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.
- COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estud. Av.*, v. 8, n. 21. São Paulo, May/Aug. 1994. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141994000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 31 mar. 2015.
- COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- DAVIDSON, Basil. *Os africanos*. Uma introdução à sua história cultural. Lisboa: Edições 70. 1969.
- FAGE, J.D. *história da África*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FONSECA, Mariana Bracks. Rainha nzinga mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII. *Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia*, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7657/7149>.
- GEBARA, Alexandre. *A África de Richard Francis Burton*. Antropologia, política e livre-comércio. 1861-1865. São Paulo: 2010.
- HEDGES, Dvida. (Coord). *História de Moçambique*. Moçambique no auge do Colonialismo, 1930-1961. Volume 2. Maputo: Livraria Universitária, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KI-ZERBO, Françoise. O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África. *CODESRIA Boletim*, n. 3 e 4, 2007, p. 9-14.
- KONATÉ, Doulaye. Homenagem da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) ao Professor Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) um homem de consciência, de ciência e de dever. *CODESRIA Boletim*, n. 3 e 4, 2007, p. 63-67.
- LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a1.pdf. Acesso em: 28 maio 2015.
- LIMA, Mônica. Afrodescendentes: los que regresaron al África. In: PINEAU, Marisa. (Ed.). *La ruta del esclavo em el Río de la Plata*. Aportes para el diálogo intercultural. Caseros: EDUNTREF, 2011, p. 283-302.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA/São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- M'BOKOLO, Elkia. *África negra*. história e civilizações do século XIX aos nossos dias. Tomo II. 2.ed. Lisboa: Colibri, 2011.
- M'BOKOLO. Elikia. *África negra*. história e civilizações. Tomo I. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2012.
- MAIO, Marcos Chor. *Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 2 mar. 2015.
- MANASSA, João Baptista Abreu. *Lunda História e sociedade*. Lunda: Mayamba, 2011.

- MANNING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. Trad. Nuno Ramos. Em: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/55/20080623_escravidao_e_mudanca_social.pdf. Acesso em: 6 abr. 2015.
- MARQUES, João Pedro. Portugal e o abolicionismo. In: ALEXANDRE, Valentin. (Coord). *O império africano*. Séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri, 2008, p. 31-54.
- MATA, Inocência. O problema de Umoufia. In: BURNES, Don; MATA, Inocência; HARTNACK, Vicky. (Ed.). *when things came together*. Studies on Chinua Achebe. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009, p. 107-131.
- MBEMBE, Achille. *África insubmissa*. Cristianismo, poder e estado na sociedade pós-colonial. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1995.
- MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África*. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.
- NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco*: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana*: da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1994.
- PANTOJA, Selma. *Uma antiga civilização africana*: história da África Central Ocidental. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- PARÉS, Luis Nicolau. Cartas do Daomé: uma introdução.: *Afro-Asia*, n. 47, 2013). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a09n47.pdf>, p. 312. Acesso em: 13 fev. 2015.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M de. *O alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c.1853). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2006.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Serra Nova, 1975.
- SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres*. Colonialismo, socialismo e democracia em São Tomé e Príncipe. 2. ed. Lisboa: VEGA, 2001.
- SERRA, Carlos. (Dir.). *História de Moçambique*. Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Volume I. Maputo: Livraria Universitária, 2000.
- SERRANO, Carlos. *Angola nascimento de uma nação*. Um estado sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe, 2008.
- SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades encantadas*: os bijagó da Guiné-Bissau. São Paulo: Terceira Margem, 2000.
- TURNER, J. Michael. Escravos brasileiros no Daomé. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n10_11_p5.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 2002.
- ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200018&script=sci_arttext). Acesso em: 26 fev. 2015.
- ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.
- ZONTA, Diego. "Moçambique" no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. *Dimensões*, v. 28, 2012, p. 315-338. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/4320/3380>. Acesso em: 19 fev. 2015.

Recebido em: 25/01/2015
Aprovado em: 21/03/2015